

## PRÁTICAS CORPORAIS E ATIVIDADE FÍSICA NO LAZER NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

ANA PAULA MAÇANEIRO<sup>1</sup>; ANDRÉIA XAVIER DA COSTA DA ROSA<sup>2</sup>; LARA SILVA SCHUERNE<sup>3</sup>; SILVANA VILODRE GOELLNER<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – ana.macaneiro@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – andreiaxcosta@hotmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – schuerne.lara@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – vilodre@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu das indagações feitas quanto à abordagem das Práticas Corporais e Atividade Física no Lazer numa perspectiva interseccional do objeto de estudo “Ruas de Lazer” em Pelotas/RS.

Para promover atividade física socialmente contextualizada, de acordo com CROCHEMORE-SILVA et al. (2020) é necessário investigar as possibilidades de acesso no domínio do lazer. Por se apresentar como uma necessidade humana inalienável (PNUD, 2017), deveria ser acessado de forma igualitária pelos diferentes grupos presentes nas comunidades independentemente da situação econômica e social em que as pessoas se encontram, sendo essencial para a concretização da plena cidadania e existência humana. No entanto, CHANCEL et al. (2022) destacam que o Brasil é um dos países com um dos maiores índices de desigualdades sociais e, portanto, o acesso às práticas corporais e atividade física no lazer torna-se mais escasso para os grupos vulnerabilizados. As discussões sobre políticas públicas de lazer têm se destacado como uma possibilidade para a superação dessas desigualdades e diferenças (STOPPA; ISAYAMA, 2017), porém há a necessidade de promover igualdade e equidade para que haja consolidação dessas políticas públicas voltadas à construção e promoção da justiça social (ALBRECHT; ROSA; BORDIN, 2017).

As pessoas vivenciam experiências sociais distintas e são atravessadas por sistemas de poder como o colonialismo, o patriarcado, o racismo, o nacionalismo, o capitalismo neoliberal e sistemas afins de dominação política e exploração econômica que se coproduzem uns aos outros e se constroem mutuamente, criando hierarquias sociais que determinam as experiências e perspectivas no mundo social (COLLINS, 2022). Ao compreender que as pessoas e suas necessidades são diversas (BRASIL, 2019) e que apenas disponibilizar igualdade de oportunidades não é suficiente (MABOLOC, 2019), podemos tentar instituir reformas que atuem a partir de uma perspectiva estrutural e interseccional possibilitando a participação de todas nas práticas corporais e atividade física, especialmente dos grupos que historicamente são postos à margem da sociedade no que diz respeito ao acesso a recursos e à fruição do lazer.

Ao ofertar programas de acesso ao lazer, estes podem colaborar com o desafio de humanizar as pessoas, desenvolvendo competências e habilidades para que estas possam compreender suas realidades (ALVES, 2003). Além de contribuírem com a formação de sujeitos emancipados e na consequente transformação da socialidade (CORREIA, 2008).

Por termos pesquisas com temáticas no campo dos estudos das práticas corporais e atividade física no lazer que se cruzam na urgência de conceber esse campo a partir de outra visão de mundo que não seja a eurocêntrica, capitalista,

patriarcal, racista e de sistemas afins de dominação, nos unimos com objetivo de escrever este ensaio na perspectiva contra-hegemônica decolonial para se pensar caminhos possíveis com intuito de superar as desigualdades que afetam os acessos à fruição no lazer.

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A revisão de literatura para elaboração da discussão do presente resumo relacionada ao lazer, a interseccionalidade e a decolonialidade ocorreu no período de junho a outubro de 2024. Foi utilizada a base de dados dos periódicos capes, além de quatro obras literárias específicas sobre o tema. Foram utilizados sete artigos científicos sobre o assunto.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O lazer é produzido e pode ser compreendido como um espaço potencial de resistência. LEFEBVRE (2008) traz a compreensão de que é onde outras normas e práticas cotidianas são questionadas e desnaturalizadas, permitindo novas formas de interação e socialização e de acordo GOMES (2014), espaço onde pode ocorrer a contestação das relações interseccionais de poder. É necessário pensar o lazer como vivência a ser proporcionada de forma não alienada à população, pensá-lo através da perspectiva interseccional como meio de transformação e mudança social.

A interseccionalidade como um projeto resistente e metodologia decolonial do conhecimento (COLLINS, 2022) nos oferece a possibilidade de pensar em espaços verdadeiramente inclusivos, de naturalização das práticas corporais produzidas pelas comunidades e ocupação dos espaços para o lazer de corpos racializados, generificados, transgressores da cis heteronormatividade, entre outros. Porém para tratarmos de decolonialidade no lazer, inicialmente precisamos trazer à luz a colonialidade. É necessário pensar em como ela se dá na sociedade atual e como se articulou na formação da América Latina para tanto, devemos compreendê-la como um “sistema contínuo que, mesmo com os movimentos de independência e com o fim das relações coloniais, se perpetua, produzindo cotidianamente processos de interdição e silenciamentos, mortes físicas e simbólicas” (MAURÍCIO et al., 2021, p.695).

Dito isto, entende-se que ainda somos afetadas e enfrentamos formas inconscientes e conscientes da colonialidade, sendo um fenômeno que alimentou e ainda alimenta nossa sociedade (MIGNOLO, 2003). Ao compreendermos o lazer como dimensão da cultura, constituído de acordo com o contexto histórico e sociocultural no qual está em constante transformação (MAURÍCIO et al., 2021), podemos entendê-lo tanto como tempo/espaço de reprodução da colonialidade, mas também de (r)existências dos saberes dos povos originários e suas (re)construções com as invasões dos povos Europeus (GOMES, 2004, p.125). Os grupos atravessados por diferentes sistemas de poder originados do colonialismo, sexismo, racismo, classismo, entre outros, são ainda mais marginalizados e suas culturas tradicionais são postas como práticas inferiores por não atenderem as demandas de sociedades capitalistas ocidentalizadas que visam rendimento em toda e qualquer ação humana (COLLINS, 2022). Desarticular as noções de gênero, classe e raça seria, assim, buscar o entendimento de apenas um aspecto de uma realidade mais ampla, mais complexa, e, portanto, não daria conta de uma compreensão completa das hierarquizações sociais e das desigualdades presentes

ao longo da história brasileira que tem seu cerne no processo colonial e de formação do que é Brasil (COSTA, 2021; GONZALEZ, 2020).

Pela perspectiva decolonial é possível entender que as desigualdades são o resultado de políticas que buscam manter as hierarquias sociais (SILVEIRA; NASCIMENTO; ZALEMBESSA, 2021). Ao pensá-lo de forma decolonial desafia-se as narrativas dominantes que perpetuam desigualdades, e propõem-se alternativas que valorizam os saberes e práticas das comunidades historicamente marginalizadas, fortalecendo assim, as identidades culturais.

Pensando que há hierarquia epistêmica que privilegia o conhecimento ocidental em lugar de outros cosmo-saberes, tomar o lazer como instrumento de análise possibilitaria a inversão do modo de perceber a vida e, por isso, da forma como decorrem nossas produções, engajamentos e participação social (FERRO, 2023). É necessário desenvolver um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado que reconheça o lazer como um campo possível de sensibilização, conhecimento e mobilização político-pedagógica, [socialização e de afetos] em nossa sociedade, no sentido de compreendê-la para ajudar a torná-la mais humana, democrática (GOMES et al., 2008) e justa.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir do exposto concluímos que decolonizar implica reconhecer e exaltar as tradições culturais afro-latino-americanas e indígenas, resgatando práticas que por vezes são desvalorizadas ou excluídas dos espaços públicos de lazer e criticar as formas de opressão que ainda persistem nas sociedades pós-coloniais. Observamos a necessidade de buscarmos nos engajar em uma pesquisa comunitária, onde se tenha ponte entre a academia, as comunidades e os movimentos sociais.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRECHT, C.A.M.; ROSA, R.S.; BORDIN, R. O conceito de equidade na produção científica em saúde: uma revisão. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 115–128, jan. 2017.

ALVES, V.F.N. Uma leitura antropológica sobre educação física e o lazer. In: WERNECK, C.L.G. **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, p.83-114, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Programa Academia da Saúde**: caderno técnico de apoio à implantação e implementação. Brasília, 2019.

CHANCEL, L. et al. (Coord.). **World Inequality Report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2022.

COLLINS, P.H. **Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

CORREIA, M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 3, p. 91-105, 2008.

COSTA, T. Lélia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021.

CROCHEMORE-SILVA, I. et al. Promotion of physical activity and public policies to tackle inequalities: considerations based on the Inverse Care Law and Inverse Equity Hypothesis. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, 2020.

FERRO, L.S. Gênero e colonialidade: indígenas mulheres descolonizando os estudos de gênero. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023.

GOMES, C.L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GOMES, C.L. et al. Inserção do lazer no contexto da pós-graduação stricto sensu em turismo/hospitalidade no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)**, v. 8, p. 54-66, 2008.

GOMES, C.L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **LICERE**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, p.375, 2020.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MABOLOC, Christopher R. **What is structural injustice?** *Philosophia*, v. 47, n. 4, p. 1185-1196, 2019.

MAURÍCIO, J.S. de S. et al. Lazer e a opção decolonial: diálogos teóricos e possibilidades de construções contra-hegemônicas. **LICERE**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 695–725, 2021.

MIGNOLO, W.D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.505, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil. **Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas**. Brasília: PNUD, 2017.

SILVEIRA, J.I.; NASCIMENTO, S.L.; ZALEMBESSA, S. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios da educação em direitos humanos. **Educação e Pesquisa**, Curitiba, v. 37, 2021.

STOPPA, E.A.; ISAYAMA, H.F. (org.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas: Autores Associados, 2017.